



Delegado SIMULino

# Simulado

Delegado de Polícia · PCPR 2026 · questões no estilo FGV



|                                 |                   |
|---------------------------------|-------------------|
| <b>Código</b>                   | PCPR-DL-3301-D17A |
| <b>Questões</b>                 | 20                |
| <b>Tempo sugerido</b>           | 60 minutos        |
| <b>Dificuldade</b>              | Avançado (N3)     |
| <b>Alternativas por questão</b> | 5                 |

## Composição

| Disciplina                                       | Questões | Numeração |
|--------------------------------------------------|----------|-----------|
| Direito Penal                                    | 4        | 01 a 04   |
| Direito Processual Penal                         | 4        | 05 a 08   |
| Legislação Penal e Processual Penal Extravagante | 4        | 09 a 12   |
| Direito Constitucional                           | 2        | 13 a 14   |
| Direito Administrativo e Gestão Pública          | 2        | 15 a 16   |
| Legislação Estadual e Institucional              | 2        | 17 a 18   |
| Direitos Humanos                                 | 1        | 19 a 19   |
| Ciências Forenses                                | 1        | 20 a 20   |

## Instruções

- Cada questão tem 5 alternativas e apenas uma correta.
- Marque suas respostas na folha de respostas, na última página deste caderno.
- Cronometre a prova pelo tempo sugerido, sem consulta, como no dia.
- Ao terminar, confira suas respostas no gabarito comentado (arquivo separado), que explica a correta e o erro de cada alternativa.

## Avisos

- Material de treino não oficial, sem vínculo com a FGV, com a PCPR ou com a Anthropic.
- Questões inéditas foram elaboradas por IA no estilo da banca e podem conter erro: confira o gabarito comentado e a lei vigente.
- Questões reais reproduzem provas aplicadas pela FGV, com banca, ano, órgão e cargo de origem no gabarito.

**Direito Penal****Questão 01**

Em 10 de março, Rogério privou Sandra de sua liberdade, mantendo-a trancada em um imóvel rural, e somente a libertou em 2 de abril, quando policiais localizaram o cativo. Em 20 de março, entrou em vigor lei que aumentou a pena cominada ao crime de sequestro e cárcere privado. Valter, por sua vez, privou Bianca de sua liberdade em 1º de março, libertando-a no dia 5 do mesmo mês. Ambos foram denunciados pelo crime do art. 148 do Código Penal e serão sentenciados em junho.

Considerando as regras de aplicação da lei penal no tempo, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Rogério aplica-se a lei nova, vigente antes de cessada a permanência, ao passo que a Valter aplica-se a lei anterior, mais benéfica.
- (B) A ambos aplica-se a lei anterior, pois a lei penal mais grave não alcança fatos cuja execução se iniciou antes de sua vigência.
- (C) A Rogério aplica-se a lei nova, por ser a lei vigente na data da sentença, ao passo que a Valter aplica-se a lei anterior, mais benéfica.
- (D) A Rogério aplica-se a lei anterior, pois, pela teoria da atividade, o crime se considera praticado no início da conduta, como ocorre com Valter.
- (E) A ambos aplica-se a lei nova, pois a norma que altera a pena tem aplicação imediata aos processos em curso, preservados os atos já praticados.

**Questão 02**

Anselmo, com intenção de matar o sócio Diogo, misturou veneno ao café que lhe serviu. Diogo ingeriu toda a bebida e, minutos depois, passou a convulsionar. Arrepentido, Anselmo administrou-lhe, ele próprio, o antídoto que guardava e o levou ao hospital, onde Diogo sobreviveu. A perícia constatou que a vítima ficou incapacitada para as ocupações habituais por mais de trinta dias em razão da intoxicação.

Considerando a disciplina do Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Houve desistência voluntária, e Anselmo responderá apenas pela lesão corporal de natureza grave efetivamente produzida.
- (B) Houve arrependimento eficaz, e Anselmo ficará isento de pena, pois impediu voluntariamente a produção do resultado morte.
- (C) Houve arrependimento eficaz, e Anselmo responderá apenas pela lesão corporal de natureza grave efetivamente produzida.

- (D) Houve tentativa de homicídio, pois o arrependimento eficaz só beneficia quem interrompe a execução antes de esgotar os atos executórios.
- (E) Houve arrependimento posterior, e Anselmo terá a pena da tentativa de homicídio reduzida de um a dois terços.

**Questão 03**

Cláudia, servidora responsável pela tesouraria de uma autarquia estadual, deixou o cofre aberto ao sair para o almoço, em desacordo com as normas internas. Renan, servidor do mesmo setor, valendo-se do livre acesso à tesouraria que sua função lhe assegurava, subtraiu do cofre R\$ 8.000,00 pertencentes à autarquia. Apurados os fatos, ambos foram processados. Cláudia somente ressarciu integralmente o prejuízo depois do trânsito em julgado da sentença que a condenou.

Diante da situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia, peculato culposo, cuja pena imposta será reduzida de um terço em razão da reparação.
- (B) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia, peculato culposo, cuja punibilidade será extinta pela reparação integral do dano.
- (C) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia, peculato culposo, cuja pena imposta será reduzida de metade em razão da reparação.
- (D) Renan praticou furto qualificado, e Cláudia, peculato culposo, cuja pena imposta será reduzida de metade em razão da reparação.
- (E) Renan praticou peculato-furto, e Cláudia responderá como partícipe desse crime, com a pena reduzida de metade pela reparação.

**Questão 04**

Caio, que tinha 19 anos na data do fato, foi denunciado pela prática do crime de apropriação indébita simples (art. 168, caput, do Código Penal). Ao tempo do crime, ele já ostentava condenação definitiva anterior por crime doloso, sendo reincidente. A denúncia foi recebida e o processo segue em fase de instrução, sem sentença. A defesa pretende verificar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, calculada pela pena máxima cominada em abstrato.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento sumulado do STJ, para esse cálculo, o prazo prescricional

- (A) será reduzido de metade em razão da idade, com acréscimo de um terço pela reincidência, recomeçando a correr por inteiro do recebimento



da denúncia.

- (B) será reduzido de um terço em razão da idade, sem acréscimo pela reincidência, recomeçando a correr por inteiro do recebimento da denúncia.
- (C) só seria reduzido de metade se Caio ainda fosse menor de 21 anos na data da sentença, sem acréscimo pela reincidência.
- (D) será reduzido de metade em razão da idade, sem acréscimo pela reincidência, retomando a contagem já iniciada, descontado o tempo anterior à denúncia.
- (E) será reduzido de metade em razão da idade, sem acréscimo pela reincidência, recomeçando a correr por inteiro do recebimento da denúncia.

### Direito Processual Penal

#### Questão 05

Durante inquérito policial que apura crime de lavagem de dinheiro, o Ministério Público requereu ao juízo competente que determinasse à autoridade policial o indiciamento de Edson. O juiz deferiu o pedido e oficiou à Delegada Marta, que preside o procedimento, para que procedesse ao indiciamento. Marta, após analisar os elementos colhidos, entende não haver indícios suficientes de autoria em relação a Edson. Quanto a fato conexo atribuído a outro investigado, concluiu que a conduta é atípica.

Considerando a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Marta deve indiciar Edson, pois a ordem judicial equivale a diligência requisitada, de cumprimento obrigatório, e não pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.
- (B) Marta não está obrigada a indiciar Edson, pois o indiciamento é ato privativo e fundamentado do delegado, e pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.
- (C) Marta não está obrigada a cumprir a ordem do juiz, mas teria de indiciar Edson se a requisição viesse diretamente do Ministério Público, e não pode arquivar os autos.
- (D) Marta não está obrigada a indiciar Edson, pois o indiciamento é ato privativo e fundamentado do delegado, nem pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.
- (E) Marta não está obrigada a indiciar Edson, pois o indiciamento depende de autorização judicial que ela não requereu, e não pode arquivar os autos quanto ao fato atípico.

#### Questão 06

Mévio cometeu estelionato em fevereiro de 2019. Satisfeitas todas as condições de procedibilidade, a denúncia foi oferecida e recebida em fevereiro de 2020 (já em vigor a Lei 13.964/2019). O réu confessou o crime e, antes das alegações finais, a defesa pediu remessa ao MP para a proposta de ANPP (Acordo de Não Persecução Penal), mesmo após o recebimento da denúncia. O Juiz negou, alegando inaplicabilidade após o recebimento da denúncia. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ANPP pode ser oferecido em qualquer fase, inclusive após o trânsito em julgado, dentro do prazo prescricional, pela retroatividade da lei mais benéfica, permitindo a sua aplicação mesmo na execução penal.
- (B) O ANPP não pode ser oferecido após o recebimento da denúncia, sendo instituto pré-processual, aplicável apenas na fase investigativa, antes da ação penal. O STJ reforça essa limitação temporal.
- (C) O ANPP pode ser oferecido até o recebimento da denúncia para os fatos anteriores à Lei nº 13.964/2019, e até a sentença para os fatos posteriores, diferenciando-se por adaptação do sistema.
- (D) O ANPP pode ser oferecido em processos em curso (fatos anteriores à Lei 13.964/2019), mesmo após recebimento da denúncia, desde que antes do trânsito em julgado, conforme o entendimento do STJ.
- (E) O ANPP não pode ser oferecido para fatos anteriores à Lei 13.964/2019, independentemente da fase, pois é norma mista e a regra é a irretroatividade, impedindo a sua aplicação a fatos pretéritos.

#### Questão 07

Mário, servidor público estadual, e Joana, particular, foram denunciados pela prática, em concurso, do crime de peculato, que é afiançável. A denúncia foi instruída com os autos do inquérito policial que apurou os fatos. O juiz recebeu a denúncia sem antes notificar os acusados para apresentarem a resposta preliminar escrita prevista no art. 514 do Código de Processo Penal. As defesas de ambos alegam nulidade do recebimento.

Considerando o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há nulidade, pois a resposta preliminar só é exigida nos crimes inafiançáveis praticados por funcionário público no exercício do cargo.



- (B) Há nulidade apenas quanto a Mário, que deveria ter sido notificado para responder por escrito no prazo de dez dias, antes do recebimento.
- (C) Há nulidade quanto aos dois acusados, pois a resposta preliminar se estende ao particular que concorre para o crime funcional.
- (D) Não há nulidade, pois a resposta preliminar é dispensável na ação penal instruída por inquérito policial, e ela não alcançaria Joana.
- (E) Não há nulidade, pois a resposta preliminar foi suprimida pela reforma de 2008, que adotou a resposta à acusação em todos os ritos.

### Questão 08

Osvaldo e Tiago foram presos em flagrante na mesma ocorrência e conduzidos à delegacia. Osvaldo foi autuado por crime cuja pena máxima cominada é de 4 anos de reclusão; Tiago, por crime cuja pena máxima é de 8 anos de reclusão. Nenhum dos delitos é inafiançável, e não estão presentes as hipóteses de vedação da fiança previstas no Código de Processo Penal. Lavrados os autos, o delegado deixou de arbitrar fiança para os dois presos, afirmando que a matéria é reservada ao juiz.

Considerando o Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo e a Tiago, pois a autoridade policial pode concedê-la nas infrações com pena máxima de até 8 anos.
- (B) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo, que, diante da recusa, pode prestá-la por simples petição ao juiz, que decidirá em 48 horas.
- (C) O delegado agiu corretamente quanto aos dois presos, pois, no sistema do Código de Processo Penal, a fiança é sempre concedida pelo juiz.
- (D) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo, que, diante da recusa, deverá aguardar a conclusão do inquérito para requerê-la ao juiz.
- (E) O delegado deveria ter arbitrado fiança a Osvaldo, que, diante da recusa, pode prestá-la por petição ao Ministério Público, que decidirá em 48 horas.

## Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

### Questão 09

Fábio, primário e de bons antecedentes, foi abordado por policiais em um ônibus que acabara de partir de Curitiba (PR) com destino a Campo Grande (MS), ainda em território paranaense. Em sua bagagem, foram encontrados 500 g de cocaína que, conforme o bilhete de passagem e as anotações apreendidas com ele, seriam entregues a um comprador na capital sul-mato-grossense. Apurou-se que Fábio agia sozinho, sem vínculo com organização ou grupo criminoso, mas que responde a outra ação penal, ainda sem sentença, por receptação.

Considerando a Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não incide a majorante do tráfico interestadual, que exige a efetiva transposição da divisa, e a ação penal em curso não basta para afastar o redutor do tráfico privilegiado.
- (B) Incide a majorante do tráfico interestadual, ainda que não transposta a divisa, mas a ação penal em curso afasta o redutor, por indicar dedicação a atividades criminosas.
- (C) Configura-se tentativa de tráfico interestadual, pois a droga não chegou ao destino, e a ação penal em curso não basta para afastar o redutor do tráfico privilegiado.
- (D) Incide a majorante do tráfico interestadual, ainda que não transposta a divisa, e o redutor do tráfico privilegiado poderá diminuir a pena de um terço a dois terços.
- (E) Incide a majorante do tráfico interestadual, ainda que não transposta a divisa, e a ação penal em curso não basta para afastar o redutor do tráfico privilegiado.

**Questão 10**

De acordo com a Lei nº 12.850/2013, a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo Delegado de Polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do Delegado de Polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, avalie as afirmativas a seguir. I. No curso do inquérito policial, o Delegado de Polícia poderá determinar aos seus agentes, e o Ministério Público poderá requisitar, a qualquer tempo, relatório da atividade de infiltração. II. A infiltração será autorizada pelo prazo de seis meses, prorrogável uma única vez, por igual período, desde que comprovada sua necessidade. III. Na hipótese de representação do Delegado de Polícia, o Juiz competente, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público. Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**Questão 11**

Recentemente, Maria da Penha, mulher que dá nome a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, retornou a ser notícia, pois precisou ser inserida no programa de proteção de defensores de direitos humanos, em decorrência de ameaças de morte, que vem sofrendo, o que denota a importância do debate público sobre a violência de gênero. Sobre a mencionada legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O nome da ofendida ficará sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (B) Para os efeitos da Lei Maria da Penha, não configura violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticada em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor tenha convivido com a ofendida, mesmo sem coabitação.
- (C) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á exclusivamente por medidas adotadas pela União e Estados.
- (D) As medidas protetivas de urgência deverão ser concedidas após a audiência das partes e prévia manifestação do Ministério Público, sendo válida após a intimação das partes.

- (E) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá promover o registro de ocorrência, cabendo somente à ofendida, por meios próprios, promover a retirada de seus pertences do local da ocorrência.

**Questão 12**

Felisberto é condenado, por sentença definitiva, a uma pena de 1 ano de reclusão, em regime inicialmente aberto, a qual é substituída por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo prazo. Decorridos 5 meses do início da execução da citada pena, sobrevém nova condenação definitiva, a uma pena de 6 anos de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. Diante do caso narrado, o juiz da execução penal deverá:

- (A) manter a pena restritiva de direitos, pois sua execução é compatível com o regime prisional fixado na nova condenação;
- (B) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;
- (C) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e unificando as penas dos dois crimes;
- (D) converter a pena restritiva de direitos em prisão albergue domiciliar, deduzindo o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes;
- (E) converter a pena restritiva de direitos na pena de reclusão, desprezando o tempo de pena restritiva de direitos já cumprido e deixando de unificar as penas dos dois crimes.

**Direito Constitucional****Questão 13**

Por volta das 2h de uma madrugada, policiais civis foram cumprir mandado de busca e apreensão expedido na véspera e, como Irene se recusou a abrir a porta, ingressaram à força em sua residência. Na mesma noite, em outro bairro, policiais que patrulhavam a região ouviram gritos de socorro e disparos de arma de fogo vindos do interior de uma casa e, sem mandado e sem autorização do morador, ingressaram no imóvel, onde encontraram uma pessoa ferida e o autor dos disparos.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O primeiro ingresso foi lícito, porque o mandado judicial supre a restrição de horário, e o segundo



foi ilícito, porque à noite se exige o consentimento do morador.

- (B) O primeiro ingresso foi ilícito, porque a ordem judicial só autoriza a entrada durante o dia, e o segundo foi lícito, por fundadas razões de flagrante delito.
- (C) O primeiro ingresso foi ilícito, porque a ordem judicial só autoriza a entrada durante o dia, e o segundo só seria lícito se houvesse certeza prévia do crime.
- (D) O primeiro ingresso foi ilícito, porque a moradora não foi previamente intimada a franquear a entrada, e o segundo foi lícito, por fundadas razões de flagrante.
- (E) Os dois ingressos foram ilícitos, pois no período noturno a entrada na casa sem consentimento do morador é vedada em qualquer hipótese.

#### Questão 14

A Câmara Municipal de Alfa aprovou, por iniciativa de um vereador, lei que cria uma secretaria municipal e define suas atribuições. O Prefeito vetou integralmente o projeto, mas o veto foi derrubado, e a lei foi promulgada. O Prefeito sustenta que a lei viola norma da Constituição Federal sobre a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, norma de observância obrigatória pelos Estados e Municípios, e pretende impugná-la em controle concentrado de constitucionalidade.

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Cabe ação direta de inconstitucionalidade diretamente no STF, por ser a Constituição Federal o parâmetro de controle, afastada a competência do Tribunal de Justiça.
- (B) Não cabe ação direta no STF, mas o Tribunal de Justiça pode julgar a representação tendo como parâmetro a norma federal de reprodução obrigatória, cabendo recurso extraordinário.
- (C) Não cabe ação direta no STF, mas o Tribunal de Justiça pode julgar a representação tendo como parâmetro a norma federal de reprodução obrigatória, em decisão irrecorrível.
- (D) Não cabe controle concentrado em nenhuma instância, pois lei municipal só se sujeita a controle difuso, no julgamento de casos concretos.
- (E) Não cabe ação direta no STF, e o Tribunal de Justiça só pode adotar a Constituição Estadual como parâmetro, vedado invocar norma da Constituição Federal.

### Direito Administrativo e Gestão Pública

#### Questão 15

Uma entidade do setor público utilizou o leilão para realizar a alienação de bens que foram legalmente apreendidos. Na elaboração do edital, a entidade considerou o seguinte: I. indicação do lugar onde estavam os bens. II. especificação de eventuais ônus e pendências existentes sobre os bens. III. preço mínimo pelo qual os bens poderão ser alienados e as condições de pagamento. O leilão será precedido da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, que conterà o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

#### Questão 16

Uma autarquia federal identificou duas irregularidades. Na primeira, há dois anos, servidor sem atribuição legal para tanto expediu autorização em favor de um particular; a competência para o ato não é exclusiva, e a autoridade competente pretende mantê-lo, pois não há lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Na segunda, há seis anos, foi concedida a Jonas, servidor de boa-fé, vantagem pecuniária em desacordo com a lei, que ele recebe mensalmente desde então.

Considerando a Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autorização pode ser convalidada pela autoridade competente, e a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada pela Administração, por ter decaído o direito.
- (B) A autorização deve ser anulada, pois o vício de competência é insanável, e a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada, por ter decaído o direito.
- (C) A autorização pode ser revogada com efeitos retroativos, e a vantagem de Jonas não pode mais ser anulada pela Administração, por ter decaído o direito.
- (D) A autorização pode ser convalidada pela autoridade competente, e a vantagem de Jonas não pode ser anulada, pois a anulação depende de decisão judicial.
- (E) A autorização pode ser convalidada pela autoridade competente, e a vantagem de Jonas ainda pode ser anulada, pois o prazo decadencial é de dez anos.

**Legislação Estadual e Institucional****Questão 17**

Helena, bacharela em Direito, foi aprovada em todas as fases do concurso para Delegado de Polícia da Polícia Civil do Paraná. Na data marcada para a posse, contava 2 anos e 8 meses de atividade jurídica, tempo que completaria 3 anos quatro meses depois. Ela pretende, se empossada, continuar lecionando, mediante remuneração, em uma faculdade particular.

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, assinale a afirmativa correta.

- (A) Helena atende ao requisito, pois a lei exige dois anos de atividade jurídica ou policial; se empossada, poderia exercer o magistério remunerado.
- (B) Helena não atende ao requisito de atividade jurídica, que deve ser comprovado até a posse; se empossada, poderia exercer o magistério remunerado.
- (C) Helena atende ao requisito, pois os três anos podem ser completados durante o estágio probatório; se empossada, poderia exercer o magistério remunerado.
- (D) Helena não atende ao requisito de atividade jurídica, que deve ser comprovado até a posse; se empossada, não poderia exercer qualquer atividade remunerada.
- (E) Helena não atende ao requisito, e cabe ao Delegado-Geral, por ato próprio, definir as atuações que se caracterizam como atividade jurídica ou policial.

**Questão 18**

Bruno, agente de polícia judiciária, praticou, de forma continuada, entre fevereiro e agosto de 2025, transgressão disciplinar para a qual a Lei estadual nº 21.894/2024 prevê a pena de suspensão a demissão. A conduta não constitui crime. Instaurado o procedimento disciplinar, a comissão precisa definir o prazo prescricional da pretensão punitiva antes e depois da decisão que vier a aplicar a pena.

Considerando o Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná, assinale a afirmativa correta.

- (A) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados do primeiro ato da conduta continuada; aplicada a suspensão, passa a ser de dois anos.
- (B) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados de quando cessou a continuação; aplicada a suspensão, passa a ser de três anos.
- (C) Antes da decisão, o prazo é de dois anos, por prevalecer a pena mais branda cominada; se aplicada a demissão, passa a ser de cinco anos.

- (D) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados de quando cessou a continuação; aplicada a suspensão, passa a ser de dois anos.
- (E) Antes da decisão, o prazo é de cinco anos, contados de quando cessou a continuação, e assim permanece ainda que aplicada só a suspensão.

**Direitos Humanos****Questão 19**

No curso dos anos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem se deparado com casos de superlotação carcerária em presídios de diversos países – Estados-Partes signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Não poucas vezes, aponta que a presença de presos gira em torno de 200% da capacidade da unidade e assinala, inclusive, que isso se dá com verificação e autorização das autoridades judiciárias locais. Isso claramente se alia a diversos outros riscos e problemas, como, por exemplo, a falta de um plano de extinção de incêndio e a constatação de que presos podem ver o sol uma vez por mês, a comida está estragada e inexistem colchões em número suficiente. À luz do sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- (A) a Corte Interamericana de Direitos Humanos não possui mecanismo para tentar solucionar casos urgentes, antes da prolação da sentença final, ante a ausência de previsão normativa;
- (B) a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode adotar medidas provisórias, desde que o caso seja urgente e haja necessidade de serem evitados danos irreparáveis a uma coletividade de pessoas;
- (C) nos assuntos não submetidos ao conhecimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, não é possível a adoção de qualquer medida provisória, seja de ofício, seja por provocação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos;
- (D) no curso de um processo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode tentar solucionar casos urgentes, porque se entende haver uma reserva de jurisdição do Estado-Parte, que não pode ser provocado, com fundamento na soberania;
- (E) a Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos contenciosos de que tiver conhecimento, poderá receber diretamente pedido de medida provisória, que tenha relação com o objeto do caso, veiculado pelas (supostas) vítimas ou seus representantes.

**Ciências Forenses****Questão 20**

Durante necropsia, o perito descreveu, na região temporal direita do cadáver, ferida irregular, de aspecto estrelado, com bordas evertidas e dilaceradas, circundada por escoriação que reproduz o contorno da boca do cano de uma arma. Na tábua óssea externa, em torno do orifício craniano correspondente, havia halo enegrecido de fuligem. Na região temporal esquerda, observou-se ferida de bordas evertidas, sem orlas de contusão ou de enxugo. Não havia zona de tatuagem nem esfumamento na pele em torno da lesão direita.

Com base nos achados descritos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lesão direita é entrada de tiro encostado, com sinais de Hoffmann, de Puppe-Werkgaertner e de Benassi; a esquerda é de saída.
- (B) A lesão direita é entrada de tiro encostado, com câmara de mina de Hoffmann; o halo de fuligem no osso é o sinal de Puppe-Werkgaertner.
- (C) A lesão direita é entrada de tiro disparado à distância, já que estão ausentes na pele a zona de tatuagem e o esfumamento.
- (D) A lesão direita é entrada de tiro encostado, e a ausência de zona de tatuagem indica que o disparo foi feito após a morte.
- (E) A lesão direita é de saída, dadas as bordas evertidas e dilaceradas, e a lesão esquerda corresponde ao orifício de entrada do projétil.

RESONANCE  
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS



# Folha de respostas

Código PCPR-DL-3301-D17A · preencha a bolinha da alternativa escolhida

|    | A                     | B                     | C                     | D                     | E                     |
|----|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 02 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 03 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 04 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 05 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 06 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 07 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 08 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 09 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 10 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 11 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 12 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 13 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 14 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 15 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 16 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 17 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 18 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 19 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 20 | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Confira suas marcações com a grade do gabarito comentado. Cada questão vale 1 ponto, como na prova da PCPR.